

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS  
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem  
documental no Brasil  
Burocracia  
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER  
& Administração  
2  
ago. 1980

,00

100-2244

que revela a importância que o governo dos Estados Unidos dá ao posto.

É preciso deixar claro que o fato de o Arquivo Nacional dos Estados Unidos recolher todos os documentos de todos os três Poderes, estes, a começar pelo Executivo, possuem serviços históricos organizados em todos os Ministérios, e a divisão histórica do Ministério do Exterior, ou do Pentágono, por exemplo são vastas organizações que pesquisam e preparam documentos para conhecimento do povo americano não somente do passado, como da fase anterior a 25 anos, quando os documentos são desclassificados — há casos de desclassificação em 10 anos — como os não-sigilosos, para esclarecimento de questões atuais.

Assim procedia o Ministério do Exterior do Império, quando seu relatório incluía documentos ostensivos esclarecedores de situações sobre as quais a opinião pública exigia uma satisfação. Acabam de aparecer os documentos sobre a invasão do Afeganistão publicados pela própria União Soviética. Visão parcial ou não, é um documento oficial que tenta mostrar as suas razões.

No Brasil nem um pio sobre energia nuclear e todas as questões maiores. Tudo é guardado no mais rigoroso silêncio e não se deve à opinião pública nenhuma satisfação sobre o que acontece e deve ser historicamente importante, porque produz efeitos futuros. Este é mais um fator que ajuda a perda dos documentos. Não são recolhidos ao Arquivo Nacional, passado um certo número de anos, 25, nos Estados Unidos, 30, na França e Inglaterra.

Não há legislação brasileira sobre recolhimento, normas sobre acesso, e o pouco que se fez no Governo Castelo Branco sobre acesso, ou no Governo Costa e Silva sobre exportação de livros e documentos raros e preciosos, é irrisório, inadequado, desatualizado. Tal é o caso do Sistema Nacional de Arquivos, idéia sugerida por mim, quando assumi o Arquivo Nacional, com a assistência de uma comissão competente, e que se transformou numa caricatura ineficiente e inócua decretada pelo general Geisel.

Podem dizer que o Brasil é o décimo país do mundo, ou ocupa nele qualquer outra posição relevante, pelo PNB, pelo índice *per capita*, mas como tudo é dependente das matrizes multi-

nacionais que não estão no Brasil nosso país não é consultado em qualquer emergência mundial grave, simplesmente porque não produz história mundial, e quem não produz história mundial não liga a documentos históricos.

A crise é geral e se comunica a tudo. No momento, existem ameaças graves: uma a da desburocratização, sem regras de seleção documental e sem recolhimento obrigatório; e outra, a da fundação de instituições extravagantes como a Fundação Pró-Memória.

O Brasil é o único país do mundo que criou essa extravagância, em vez de criar um Instituto de Pesquisa Histórica, e o único que acabou com o ensino, nos dois graus, da história nacional, e quer acabar com a própria palavra História e substituí-la pela palavra memória. A memória é um depósito não-crítico de informação, enquanto a história é análise, é crítica. A memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. Não há memória utilizável sem cultura histórica. A memória é estática, a História é dinâmica e visa revelar a dignidade e o valor da existência humana. A desnacionalização começa, assim, pela morte da História.

## Atulhada memória lusa\*

Juarez Bahia

Não se espere encontrar uma torre no edifício da Torre do Tombo, o mais importante Arquivo Nacional português e um dos maiores do mundo. Este é o seu nome popular, batizado há séculos pela tradição que ligava o tombamento de documentos a torres de castelos imperiais. Instalada numa das alas do Palácio de São Bento (onde Bocage esteve preso há 200 anos e que nasceu do antiqüíssimo convento dos frades beneditinos que o terremoto de 1755 danificara), ao lado da Assembleia da República e da residência oficial do Primeiro-Ministro (que ocupam as outras alas), a Torre do Tombo

acha-se aqui "provisoriamente" há 222 anos.

Aos que se surpreendem pela designação oficial de Torre do Tombo, o diretor José Pereira da Costa explica: "A comunidade científica mundial conhece-nos precisamente por Torre do Tombo. Foi o povo que lhe deu o nome e só o povo pode mudá-lo, o que não acredito que aconteça. Foi depois de 1378, quando o arquivo da Chancelaria Real ocupou uma das torres do castelo de Lisboa. Ora, o tombo era o livro onde se faziam os assentos, os registros dos documentos oficiais, nesse tempo em pergaminho. Daí o nome."

Hoje a Torre do Tombo reúne 30 milhões de documentos em conserva-

ção e restauração e outros tantos por recolher, ocupa 35 velhas salas frias e úmidas, com 20 quilômetros de prateleiras — e outros 50 quilômetros seriam necessários para os documentos que se encontram por catalogar, conservar, restaurar e recolher.

Como no caso do mineiro que comprou um bonde no Rio de Janeiro, a Torre do Tombo tem sido objeto de contos do vigário, o mais conhecido, o de um rico homem do interior que comprou em Lisboa, por 150 mil escudos, a famosa Torre do Tombo e só descobriu o logro quando tomava a iniciativa de transportá-la para a Beira Alta. Fora esse folclore que envolve a Torre do Tombo, o que existe de mais dramático em relação a ela é precisa-

\* Extraído da *Revista de Domingo*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 (198):25-7, 3 fev. 1980.



mente a sua complexa exigência de espaço, porque quanto mais cresce, mais documentos há a arquivar e, segundo os críticos da preservação do Patrimônio Cultural português, a Torre corre o risco de sepultar-se em São Bento por falta de meios de expansão, e Portugal corre o risco de vir a perder a sua memória.

O que de mais valioso guarda a Torre do Tombo exigiria muito para ser arrolado, pois sua história vem desde os primeiros anos 1300, do tempo do Condado Portucalense e de Dom Dinis, antes mesmo de Portugal ter-se tornado uma nação. Conserva as Chancelarias Régias, desde Dom Afonso II a Dom Pedro IV, tombos e demarcações da Índia, bulas áureas e documentos pontifícios, inventários e forais, documentos dos séculos XII a XVII sobre a África, Índia e Brasil, correspondência, ordens militares, coleções de tratados e convenções e mais uma *livraria* — História, Legislação, Diplomacia — com 18 mil volumes.

É impossível fazer história — e particularmente História do Brasil, por exemplo — a partir do século XV, sem se consultar o arquivo da Torre do Tombo. Sua documentação ganha maior expressão a partir do século XV e então o testemunho da Torre do Tombo sobre a História do mundo moderno torna-se imprescindível. Há documentos completos ou simples referências à expansão ultramarina, aos oceanos, à África, ao Brasil, ao Oriente, ao encontro das duas culturas — do Ocidente e do Oriente — com a viagem de Vasco da Gama. Guardam-se na Torre iluminuras e manuscritos valiosos que dão respostas a questões essenciais da História das antigas e modernas nações. Como dizia Dom Manuel, o Venturoso — o príncipe do Renascimento que encheu o reino português, as ilhas do Atlântico e o Oriente de obras de arte — ao tomar medidas para salvar o acervo documental da Torre do Tombo, “era necessário pôr em ordem as escrituras da Torre que em algum tempo podiam ser necessárias”.

À história da Torre, sobretudo depois do extraordinário período manuelino, juntam-se ainda momentos dramáticos, como os roubos e depredações que sofreu com o domínio filipino, no século XVII. O mais trágico foi o terremoto de Lisboa, em 1755, quando o arquivo ainda ocupava a

Torre do Castelo, que soterrou nos escombros toda a documentação. Enquanto não encontra outro local mais adequado para se instalar e funcionar “condignamente” — como diz o seu diretor em pé de igualdade com outros importantes arquivos nacionais, a Torre do Tombo recebe mais de 1 mil visitantes por dia na ala Oeste do Palácio de São Bento, aberta ao público das 10h30min às 20h, de segunda a sexta-feira e, aos sábados, das 10h30min às 13h. Consulentes de qualquer parte que não podem dirigir-se pessoalmente à Torre do Tombo são atendidos mediante simples solicitações por carta. “Damos respostas a todos os que nos escrevem”, esclarece o diretor, que remete, quando é o caso, fotocópias de documentos e indicações precisas ao seu alcance.

“Estamos provisoriamente aqui há mais de 200 anos e é claro que essa situação se torna cada vez mais angustiosa” — diz o diretor José Pereira da Costa, sucessor de guardas-mores e cronistas que foram seus conservadores, desde João Anes, em 1387, até Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Damião de Góis, Antônio de Castilho.

E pergunta: “Quantos edifícios específicos, de raiz, construíram-se para bibliotecas e arquivos nos últimos 100 anos em Portugal? Pouco mais que a Biblioteca Nacional e a da Figueira da Foz. Temos urgência em sair desta ala de São Bento, para um local próprio, para instalações modernas e eficientes.”

José Pereira da Costa, 57 anos, açoriano de Angra do Heroísmo (lembra, com orgulho, que Vasco da Gama está sepultado lá, no convento de São Francisco), é diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde 1952, quando foi admitido como terceiro conservador. É formado em Letras (Filologia Clássica) e autor de ensaios de História. Apesar de nunca ter estado no Brasil — “o que constitui a minha vergonha” — detém a Ordem do Cruzeiro do Sul. Seu gabinete é uma sala ampla com telas e retratos famosos (Visconde de Santarém, Dom Teodósio, Júlio de Castilhos), imagens e objetos raros (Santo Anselmo, tinteiro e armário de Alexandre Herculano) e, à sua direita a cadeira do trono feita pelos frades de alcobaça para Dom Miguel em 1830.



*O livro de Horas d'El Rei Dom Dinis, grande entre os grandes trovadores da primeira fase literária, e uma iluminura do Apocalipse do Lorrão são algumas das preciosidades que Portugal tem que ajudar a preservar*

**Sugestão aos  
arquivistas:  
peguem parte  
do seu dinheiro  
todo mês  
e arquivem  
na letra P.**

**Poupança, Caderneta de**  
Quem poupa conquista o que  
a vida tem de melhor.